

Primeiros passos organizacionais no futebol brasileiro (1894-1933): uma análise no campo da gestão esportiva

First organizational steps in Brazilian's football (1894-1933): an analysis in the field of sports management

Rômulo Reis*

Silvio Telles**

Jorge Felipe Fonseca Moreira***

Lamartine Pereira da Costa****

Resumo: O universo do futebol foi construído numa perspectiva clubista em que atores sociais como, Charles Miller e Oscar Cox, importaram o habitus de jogar futebol. Utilizamos uma revisão de literatura atrelada à teoria geral dos campos de Bourdieu (1983), para realizar interpretações sobre a construção do “campo” do futebol e sua gestão. Assim, identificamos que da necessidade de organização, surgem entidades esportivas que buscavam dominar o “novo campo” esportivo brasileiro. Logo, o futebol passou a atrair maior público, gerar mais receitas, retendo no Brasil bons jogadores e dinamizando o campo econômico, através do sistema de jogadores profissionais e gestores amadores.

Palavras-chave: Gestão do futebol. Sociologia do esporte. Teoria geral dos campos.

Abstract: The Brazilian football has been built on a club perspective where social actors such as Charles Miller and Oscar Cox imported the habitus of playing football. We have used bibliographic review indexed to the general theory of field from Bourdieu (1983) to make interpretations about construction of the football field and its management. Therefore, we identified that from need for organize appear sports organizations, which seeking to dominate "new field" of Brazilian's sports. Soon, football began to attract more audience, more revenue, retaining good players in

* Professor Mestre, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte, Universidade Gama Filho.

** Professor Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho e Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*** Professor Doutor, UNISUAM, FAETEC.

**** Professor Doutor, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte, Universidade Gama Filho.

Brazil and boosting economic field, through a system of professional players and amateur managers.

Keywords: Football management. Sociology of sport. General theory of field.

Introdução

A organização do futebol mundial segue uma escala piramidal, composta pela Federação Internacional de Futebol (FIFA); seis entidades continentais: Confederação de Futebol da Oceania (OFC), Confederação Asiática de Futebol (AFC), União das Federações Europeias de Futebol (UEFA), Confederação Africana de Futebol (CAF), Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF) e Confederação Sulamericana de Futebol (CONMEBOL); Federações Nacionais, no caso do Brasil a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), seguida de suas 27 Federações afiliadas, e seus respectivos clubes/agremiações associados.

Com exceção dos clubes, as entidades esportivas possuem autonomia para realizar competições continentais ou nacionais, elaborar rankings, estatutos, e desenvolver o futebol consoantemente a sua respectiva região de atuação. No Brasil as competições nacionais de futebol profissional se apresentam distribuídas no calendário em seis vertentes¹: Campeonato Brasileiro das Séries A, B, C e D, as Copas do Brasil e Copa do Brasil de Futebol Feminino (CBF, 2012). Essas competições nacionais seguem procedimentos técnicos de gestão esportiva, estruturados em regulamentos, tabelas e cumprimento de aspectos legais, principalmente ligados ao Estatuto do Torcedor – EDT (BRASIL, 2003), os quais interagem dentro do sistema organizacional próprio administrado pela CBF (REIS *et al.*, 2011).

Essa configuração caracteriza uma estrutura organizacional formal destinada ao gerenciamento do futebol (BRUNORO E AFIF, 1997). Deste modo, Santos (2002) compreende a gestão no futebol de forma macro, ou seja, não se limitando as fronteiras de finanças e negócios intra e extracampo. Mas também à gestão de equipes, federações, planejamentos e atividades de comissões técnicas. Nesse contexto, o autor ressalta que a gestão no futebol brasileiro avançou muito sob o prisma administrativo e que a efetiva profissionalização do futebol é um processo em desenvolvimento, no qual a democratização e a profissionalização de jogadores

¹ Em 2012 a CBF lançou em seu calendário a Copa do Norte, competição regional que envolve as equipes da região, prevista para janeiro de 2013.

ocorrida entre as décadas de 1920 e 1930 tenham sido as primeiras e, talvez, únicas transformações realizadas no futebol.

Por sua vez, Soares (1998) destaca que nos conflitos entre amadorismo e profissionalismo estava em jogo a manutenção da hegemonia amadora nos anos de 1910 a 1920, causando transformações nas instituições esportivas e na forma de gerenciar o esporte na época. Portanto, a partir deste pressuposto, encontramos a lacuna para este trabalho: Considerando as transformações sociais ocorridas no início do século XX, como se constituiu a configuração do campo da gestão esportiva do futebol brasileiro?

Nossas análises para responder a essa questão estão compreendidas no período entre os anos de 1894 a 1933, época do surgimento do futebol no Brasil e início do processo de profissionalização.

Nestas condições os objetivos operacionais são: (i) examinar os desdobramentos dos conflitos entre amadorismo x profissionalismo; (ii) detectar os fatores/causas que emolduraram a configuração inicial do campo; (iii) identificar os primeiros agentes do campo da gestão; (iv) compor uma interpretação sobre a gênese da gestão do futebol brasileiro e examinar diferenças e semelhanças com o campo inglês.

Método

O presente artigo possui uma abordagem qualitativa, sua característica é exploratória aliada à teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu (1983), mais os dados coletados através do método da revisão de literatura proposta por Gil (1999), tiveram papel decisivo para a interpretação dos acontecimentos. Deste modo, tecemos uma conjectura histórica de época utilizando livros e trabalhos acadêmicos que retratem o período selecionado para esse estudo ou parte dele.

Isto posto, coadunamos com Cedro (2011) a respeito de que o futebol pode se emoldurar dentro da teoria geral dos campos de Bourdieu (1993), cuja trajetória de profissionalização contribuiu para concretização de sua autonomia, em meio às relações entre os agentes sociais dotados do *habitus* e disputas objetivas por posições intracampo em busca pelo domínio do simbólico e consagração interna. Assim, utilizamos a teoria geral dos campos para compor as análises dos dados,

evidenciando, sobretudo, aspectos organizacionais e esportivos referentes ao período delimitado.

Esta pesquisa é parte possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Gama Filho/RJ, conforme parecer número 182.2011, de 09 de dezembro.

Referencial teórico

A teoria dos campos define o campo como um espaço relativamente autônomo, com suas próprias leis e características dentro de sua conjuntura de relações específicas. Possuindo sua própria história, identidades, agentes sociais e propriedades imanentes, tais como podem ser observados nos campos da engenharia, arquitetura, religião e economia, em que a disputa por espaço e interesses intracampo variam de modo compatível com as diferentes dinâmicas de funcionamento (BOURDIEU, 1983).

Nos campos existem leis gerais, leis invariantes que variam de campo para campo, justamente essa propriedade torna a teoria dos campos exequível. À medida que seja possível valer-se do conhecimento adquirido sobre o funcionamento de cada campo particular, para se examinar e interpretar outros campos independentemente dos polos (locais) em que estejam situados, se avança nas possibilidades de interpretação de novos ou antigos campos sociais. Assim, a cada vez que se estuda um novo campo novas propriedades específicas são reveladas, sendo estas próprias do campo estudado, construindo uma gama de conhecimentos referentes aos mecanismos universais dos campos (BOURDIEU, 1983).

No funcionamento de um campo é crucial objetos de disputa e de agentes preparados para disputar o poder do campo. No objeto do nosso estudo os agentes sociais são representados por pessoas e entidades esportivas que atuam no campo com conhecimentos e reconhecimento das leis imanentes que não estão escritas e sim inscritas dentro da realidade do campo, percebendo assim o sentido de jogo nas relações campais (BOURDIEU, 2004). Desse modo, os membros da elite, brasileiros filhos de ingleses, ao importarem o futebol para o Brasil não trouxeram somente a prática esportiva em si, mas um novo *habitus*, um novo *modus operandi* ao campo brasileiro, somando às suas vivências, experiências e referências, que se permeiam

mutuamente, potencializando transformações de ordens tanto extra como intracampo.

O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração ou retradução. Quanto mais autônomo um campo, maior seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, ao ponto de se tornarem irreconhecíveis. (BOURDIEU, 2004). O campo do futebol dentro do período estabelecido mostra-se, devido a sua gênese, uma maior suscetibilidade em aceitar pressões, visto que a sua configuração interna carecia de solidez, logo seu baixo poder de refração o deixava sujeito a tender para o lado em que seus atores sociais com maior poder de influência decidam conduzi-lo.

A teoria geral dos campos permite realizar a descrição e definição da forma específica com que os campos se revestem, desvelando os mecanismos e conceitos gerais de cada um, ampliando assim possibilidades de aplicação e impedindo o reducionismo nas produções científicas. “Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, é debulhar um mundo social inteiramente novo” (BOURDIEU, 2005, p. 69, grifo nosso).

Por outro lado, entender o conceito de *habitus* para aplicar a teoria é fundamental, pois se trata de apreender o conhecimento adquirido e também o modo de ser, quase postural, de um agente social em ação (BOURDIEU, 2005). Portanto, o *habitus* ao funcionar, satisfaz a necessidade imanente do campo e corresponde às exigências inscritas que todo campo possui. Exigências essas que muitas vezes não são percebidas pelas pessoas que não tem consciência da construção deste processo (BOURDIEU, 1983).

Similar a um complexo jogo de xadrez, as lutas internas geram revoluções parciais, capazes de destruir a hierarquia pré-estabelecida, mas não o próprio jogo (BOURDIEU, 1983). Desta maneira, cada campo contém formas próprias de revolução e periodização, com isso, as diferentes rupturas não ocorrem sincronizadamente nos campos. De fato, sucedem *revoluções específicas*, as quais possuem relação com mudanças externas também, afinal, iniciam uma nova era num determinado campo em sincronia com as necessidades internas, somadas a alguma mudança externa.

Assim, o reflexo do capitalismo, tardiamente instaurado no Brasil e suas pressões pelo acúmulo de riquezas, aliado a busca por vitórias, traduzem de certa

forma essas revoluções específicas que acabaram por desencadear o processo de construção da profissionalização do futebol brasileiro. Essa influência macro sobre o universo micro foi descrita por Mandell (1986) transparece quando o autor relaciona as transformações oriundas da Revolução Industrial na gênese dos esportes modernos.

A aplicação racional de tempo e energia, a fé na ciência e a busca do êxito, deram origem às construções ideológicas dos esportes modernos. Mandell afirma que os primeiros capitalistas eram no fundo jogadores (empreendedores) que apostavam na probabilidade de sucesso e de benefícios em operações a longo e médio prazo. Nesse contexto, a industrialização trouxe maior racionalização, uma padronização e precisão de medidas que foram associadas à vida cotidiana das pessoas, e por consequência na cultura da sociedade permitindo idealizações e atitudes até então nunca vistas (MANDELL, 1986).

El deporte, como la manufactura, el comercio, se dirigia más y más hacia la consecución de una eficacia que debía hacerse patente y demostrable estadísticamente y con éxitos constatables. Al igual que se observaba una tendencia hacia la codificación y la racionalización de las leyes y Del gobierno, El deporte se codificaba y humanizaba por medio de reglamentos de obligado cumplimiento bajo la estricta supervisión de un cuerpo de árbitros y jueces. Em este sentido El deporte inglés reflejaba y reforzaba los conceptos fundamentales Del mundo industrial necesarios para mantener un mínimo de cohesión social, em um momento em que la cultura local y tradicional ofrecían su mayor índice de sesarraigo [...] Pero los nuevos deportes estaban em consonância com uma Inglaterra em El umbral de la era industrial (MANDELL, 1986, p. 159).

Essas influências do campo econômico, sobretudo a partir do mundo industrial, foram fundamentais para o despertar da necessidade de se desenvolver uma forma de racionalizar e alcançar objetivos de ordem também financeira, sendo o futebol e seus elementos (jogadores, ingressos e vitórias) o fio condutor para tal fim.

Análise e discussão

A configuração do campo da gestão esportiva do futebol brasileiro está intimamente ligada ao contexto histórico do futebol no Brasil e no mundo. Isto faz com que as ocorrências ao longo da cronologia do futebol coincidam com acontecimentos advindos da gestão esportiva.

Nesse sentido, o processo de formação de uma cultura organizacional no futebol brasileiro iniciou-se no Estado de São Paulo, marcado pelo aparecimento de clubes (clubismo), entre os anos de 1894 e 1899 com a criação do São Paulo Athletic Club, o qual Charles Miller² era associado, da Associação Atlética Mackenzie³, o Sport Club Internacional e o Sport Club Germânia, cujo fundador foi Hans Nobiling⁴ (CARRAVETTA, 2006).

Miller e Nobiling eram construtores de um novo campo. Em suas viagens à Europa identificaram uma modalidade esportiva que para eles poderia ser implantada no Brasil, já que por aqui ainda rudimentarmente o futebol era praticado de forma esparsa e sem organização. Essa condição de gênese permitiu o acesso de qualquer tentativa organizada de implementação que gerasse ao campo do futebol uma nova tendência.

Logo, da interação entre Miller e Nobiling surgem às primeiras partidas de futebol no campo de rúgbi do São Paulo Athletic Club:

O primeiro jogo realmente sensacional realizaram os funcionários do comércio de Nobiling contra o time inglês da Companhia de Gás, na Estrada de Ferro e do Banco, representando o São Paulo Athletic Club. Teve lugar em 1899, perante um público surpreendente numeroso de 60 “torcedores” (fãs do futebol). Os ingleses venceram por 1 a 0 (ROSENFELD, 1974, p. 63, grifo nosso).

Neste período, o futebol era amador, elitista e racista, repercutido principalmente por padres da igreja católica, colégios de elite e clubes (ROSENFELD, 1974). Sua prática era exercida pelos jovens burgueses das grandes companhias inglesas que se instalaram no Brasil após a 1ª Revolução Industrial e por membros da sociedade paulista. Assim, o futebol era utilizado pela elite como instrumento de distinção e destaque, com materiais importados da Inglaterra, frequentado por pessoas de bom nível cultural e econômico em suas tribunas, com roupas elegantes para torcer por seus filhos e parentes (CALDAS, 1990; CARRAVETTA, 2006).

² Charles William Miller – Brasileiro de origem inglesa que transplantou o futebol para o Brasil quando voltou da Inglaterra após seus estudos, trazendo consigo uma bola de futebol (ROSENFELD, 1974, p.62).

³ Associação Atlética Mackenzie – Clube oriundo do time de futebol composto essencialmente por brasileiros, o Mackenzie College de São Paulo (ROSENFELD, 1974, p. 63).

⁴ Hans Nobiling – Jovem alemão, nascido na cidade de Hamburgo, chegou ao Brasil em 1887 e em 1899 fundou o Clube Germânia ajudando a difundir o futebol entre os jovens funcionários de seu comércio (ROSENFELD, 1974, p. 63).

As características elitistas no futebol tiveram suas origens também do campo esportivo inglês, à medida que no início do século XIX os jovens ricos da nação aprendiam nas faculdades públicas valores como liderança, lealdade e disciplina através do esporte, aplicando a nobre filosofia *“mens sana in corpore sano”* (GIULIANOTTI, 2002).

No Rio de Janeiro a figura de Oscar Cox⁵ realizando partidas no *Rio Cricket Athletic Assosiation*, em Niterói, e fundando Fluminense Football Club em 21 de julho 1902, foi fundamental para a expansão do futebol brasileiro, entre a elite e para o fomento da rivalidade entre o eixo Rio-São Paulo, principais metrópoles da época (MOSCA, 2006; SARMENTO, 2006). Percebemos que as primeiras tentativas organizacionais no Rio de Janeiro, surgem pouco depois de São Paulo e nesse período a capital carioca tinha significativa influencia no cenário brasileiro. O campo do futebol carioca rivalizaria com o paulista na construção de uma configuração, que favorece os agentes de cada estado. Começam as tensões entre os pioneiros do campo, provavelmente motivada pela forte influência internacional, em especial o inglês.

Paralelamente, Caldas (1990) e Carravetta (2006) expõem o viés das classes populares, que através da implantação do futebol pelo segmento industrial sob a forma de entretenimento e lazer para os operários, contribuiu bastante para disseminação no Brasil. Assim, em 1904, mesmo ano de fundação da FIFA na Europa, altos funcionários ingleses de uma fábrica de tecidos, Progresso Industrial Ltda, fundaram o *The Bangu Athletic Club*. Com todo apoio da diretoria, foi fácil importar materiais de Londres para formar o time.

Entretanto, não havia número suficiente de funcionários para formar dois times na empresa. Inicialmente houve a tentativa de convidar compatriotas ingleses do centro da cidade, mas tal iniciativa não logrou êxito devido à distância entre os locais. No entanto, a questão foi resolvida internamente a partir da seleção de operários brasileiros interessados em jogar o futebol, o que acarretou privilégios para os jogadores-operários e desdobramentos administrativos dentro da companhia (CALDAS, 1990).

O critério de seleção do jogador baseava-se principalmente em três aspectos: no seu desempenho profissional, no tempo de serviço na empresa e no comportamento pessoal. Ao ser escolhido, o jogador-

⁵ Oscar Alfredo Cox – Brasileiro, filho de pai inglês e mãe brasileira, realizou a primeira partida oficial de futebol no Rio de Janeiro em 1897.

operário passaria imediatamente a desempenhar um tipo de trabalho mais leve, onde pudesse economizar suas energias para concentrá-las no futebol. Nos dias de treino, ele tinha autorização dos diretores da empresa para deixar o trabalho mais cedo, com uma condição: dirigir-se ao campo de futebol, a fim realizar os treinos coletivos (CALDAS, 1990, p.29).

Analisando estes “primeiros passos” de populares e a elite, observamos que apesar das diferenças socioeconômicas, os mesmos passam a compartilhar objetivos e sua definição de cumplicidade objetiva subjacente (BOURDIEU, 1983), revela que antagonistas podem negar o sentido de lutas e disputas em troca de benefícios, para um “bem comum”, reconhecendo que o motivo em pauta (a prática do futebol) não merece divergências por favorecer ambos.

As benesses aos jogadores-operários mostravam que deveria existir um diferencial para que o praticante de futebol pudesse dedicar-se aos treinos e obter ganho de performance no labor. De forma rudimentar era uma “pagamento” ao jogador que desempenhava outro papel além de operário. Dentro de uma perspectiva de produção onde o capitalismo era perseguido de maneira voraz, o futebol começa a mostrar certo grau de influência dentro da classe dominante que tinha interesse em propagá-lo.

O fortalecimento do futebol entre a classe proletária culminou no incentivo à inserção de novos clubes no território brasileiro e conseqüentemente, aumento dos campos de várzea e campeonatos, classificados pela elite da época como desorganizados, já que inexistiam entidades organizacionais. A elite ao desqualificar estas iniciativas, automaticamente desenvolvia uma forma de qualificar-se enquanto mandatário do campo do futebol, pois somente ela teria condições de desenvolver ações para uma organização eficiente.

Com o aumento dos clubes a tendência seguinte foi à criação de Ligas, entidades que organizassem campeonatos regionais. Logo, aparece o pioneirismo de São Paulo em 1901 fundando a Liga Paulista de Futebol - LPF, união entre o *São Paulo Athletic Club*, *Sport Club Germânia*, *Club Athletic Paulistano* e o *Sport Club Internacional*, que teve no ano seguinte seu primeiro campeonato com a participação de cinco clubes ligados a elite (SARMENTO, 2006). Posteriormente, o Rio de Janeiro fundou em 1905 a Liga Metropolitana de Football - LMF, consenso entre o *Rio Cricket and Athletic Association*, *Fluminense Football Club*, *Football Athletic Club*, *América Football*, *Bangu Athletic Club*, *Sport Club Petrópolis* e *Paysandu Cricket*

Club. Esta Liga em 1907 passou a ser denominada Liga Metropolitana de Esportes Terrestres – LMET (CALDAS, 1990; SARMENTO, 2006).

Assim, constituíam-se as primeiras instituições de nível regional ou estadual voltadas para a gestão do futebol, ou sob a luz Bourdieu, as primeiras instituições do campo, nesse caso, do campo da gestão esportiva do futebol brasileiro.

Gerenciar conflitos com associados já era uma tarefa organizacional da liga, principalmente quando o clube que se manifestava tinha uma grande representatividade o que Bourdieu chama de capital simbólico. Ainda na disputa pelo poder muitos tentavam demonstrar força e prestígio, buscando influenciar o campo ao seu favor. O caso importante aconteceu com o clube Paulistano, clube de elite, em 1913, queria valer-se do mando de campo no Estádio do Velódromo e não no Palestra Itália conforme as aspirações da liga. Como não houve acordo o jogo foi cancelado, o clube punido com retaliações e conseqüentemente o rompimento de ligações que culminou na fundação de uma nova entidade esportiva, a Associação Paulista de Esportes Atléticos – APEA⁶ (SARMENTO, 2006).

A crescente popularidade do futebol eclode em 1914 com o primeiro jogo da seleção brasileira, ano em que o futebol brasileiro conquistou seu primeiro título internacional, a Copa Roca⁷ na Argentina (CARRAVETTA, 2006). Neste período os meios de rádio difusão da época foram os grandes responsáveis pela criação de uma demanda esportiva, embora ainda não apresentassem qualquer cunho ou interesses políticos (PRONI, 2002).

Com a exposição internacional o eixo Rio-São Paulo passou a disputar o direito de representar o Brasil criando suas próprias federações nacionais em 1915. Os cariocas criaram a Federação Brasileira de Esportes, cuja pretensão era administrar todos os esportes no Brasil, composta pela LMET, o Automóvel Clube Brasileiro, a Comissão Central de Concursos Hípicos, o Clube Ginástico Português, o Iate Clube Brasileiro, o Aeroclube Brasileiro e a APEA. Os paulistas fundaram a Federação Brasileira de Futebol em 1915, com apoio de times do Paraná e Rio Grande do Sul, com a finalidade de administrar exclusivamente o futebol (CALDAS, 1990; SARMENTO, 2006).

⁶ Criada em 1913 sucedeu a antiga LPF o que caracterizou a primeira cisão de entidades esportivas em São Paulo (CALDAS, 1990).

⁷ Copa Roca – Competição disputada somente entre as Seleções do Brasil e Argentina entre os anos de 1914 e 1976. Em 2011, após acordo entre a CBF e Associação Argentina de Futebol – (AFA) a Copa está sendo disputada sob a roupagem do Superclássico das Américas.

“O campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos” (BOURDIEU, 1992, p. 244). Por isso, em cada campo existem lutas intracampo com formas específicas entre o novo entrante, ao forçar o direito de entrada, e o dominante defensor do monopólio (BOURDIEU, 1983).

Ao analisarmos o movimento supracitado observamos inicialmente o surgimento das primeiras organizações esportivas de âmbito nacional por meio de fusões com outros agentes relacionados ao esporte e clubes de futebol pertencentes a outros estados. Essa nova composição organizacional tinha como o objeto de disputa a gestão do futebol em termos nacionais e sua representação internacional.

Para solucionar a questão citada o então Ministro das Relações Exteriores, chanceler Lauro Muller, atuou como mediador desta disputa de poder, que culminou na criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1916 (SARMENTO, 2006). Tudo ocorreu mediante aprovação das Federações de Remo da Bahia, Capital Federal e São Paulo; as Federações dos desportos terrestres dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, e Pará; e mais os delegados da APEA e da Federação Brasileira de Futebol (CALDAS, 1990). Contudo, somente em 1917 a CBD é reconhecida pela FIFA como única entidade oficial para administrar no Brasil (SANTOS, 2002).

Neste acontecimento fica claro o primeiro conflito pelo poder entre agentes sociais que buscavam na época assumir o comando administrativo-esportivo no país, contanto ainda com a participação externa de um agente do campo político. Esta luta pela hegemonia do campo ou *revolução específica* evidenciou uma carência interna, isto é, a criação de uma entidade nacional para administrar o futebol e os esportes brasileiros dentro de um campo em formação detentor de baixo grau de autonomia.

A partir de 1920, têm início a democratização do futebol. Para as classes populares significava realização financeira e empregos (BRUNORO E AFIF, 1997; CALDAS, 1990; CARRAVETTA, 2006; SANTOS, 2002). O tratamento diferenciado para os jogadores-operários serviu como pressuposto para salários indiretos, atraindo bons jogadores, portanto, contrariando o amadorismo elitista.

Dos incentivos financeiros surge nos clubes à figura do dirigente milionário, ilustre torcedor, integrante ativo da associação, com muita influência e liderança, que passou a assumir o poder do futebol (CARRAVETTA, 2006). É interessante notar que

quanto maior a influência do agente social, maior será sua intenção na conservação do sistema em que é dominante. Muitas vezes, o arbitrário cultural imposto pela classe dominante exerce pressão invisível nos dominados, mantendo intensa ligação com os objetivos ou estratégias inerciais, que obviamente tentam ser repelidos pelos agentes minoritários. Lembramos ainda que dentro da classe dominante acontece uma luta pela hierarquia que geralmente define quem manda e controla o sistema.

As ações dos digirentes milionários transparecem no Clube de Regatas Vasco da Gama ao utilizar jogadores da periferia, negros, mulatos e brancos pobres. Todos empregados como funcionários das casas comerciais de comerciantes abastados e empresários portugueses. Tais jogadores começam a receber bichos⁸ por vitórias conquistadas desenvolvendo um desequilíbrio de forças entre a elite e os milionários (CALDAS, 1990; CARRAVETTA, 2006). Assim disposto, os comerciantes valeram-se de seu poderio econômico para transformar o campo em construção ao pagarem ou facilitarem a vida dos jogadores, modificação que iria perdurar no universo do futebol iniciando o profissionalismo.

Esta nova configuração se contrapunha as ações dos jogadores da elite que representavam o amadorismo, competiam apenas por prestígio e não obtinham recompensas financeiras. Evidentemente, “a pressão das torcidas que se formavam em busca de vitórias para seus times, contribuiu para a popularização do futebol através da presença de jogadores não pertencentes à elite” (CALDAS, 1990, p. 44).

Então em 1923, ocorre o marco para o rompimento da discriminação, uma mudança radical na composição de umas das equipes. O Vasco da Gama vence o Campeonato Carioca dirigido pela Liga Metropolitana de Desportos Terrestres – LMDT, com um time composto por negros, mulatos e brancos pobres. As equipes da elite perdedora eram compostas majoritariamente por jovens estudantes e profissionais de alto nível da elite. Essa vitória caminhou na contramão elitista abrindo portas para massificação do futebol (SOARES, 1998). Em consequência, pela contrariedade aos interesses da elite, os grandes clubes do Rio na época (Fluminense, Flamengo, Botafogo, América e posteriormente o Bangu) abandonaram a LMDT e criaram a Associação Metropolitana de Esportes Athléticos – AMEA, desqualificando a LMDT e anulando oficialmente o título de 1923.

⁸ bichos – Dinheiro recebido pelos jogadores amadores da época, oriundo das rendas dos jogos.

Tal fato assinala uma tentativa da heterodoxa (populares) em realizar uma ruptura crítica, causando uma crise no sistema administrado pela ortodoxa (elite), o qual buscava manter sua hegemonia amadorística (doxa) banindo a “ameaça” do círculo de influência, preservando os moldes vigentes. Cabe ressaltar que alguns membros da elite que pagavam jogadores para potencializar as vitórias dos seus times protegidos, portanto, contribuíram para minar o sistema amador. Isto se associa a afirmação de Bourdieu (1983) de que campos em construção são espaços propícios a paradoxos onde membros de uma mesma camada apresentam condutas diferentes já que as lutas intracampos demonstram uma tentativa de monopólio.

[...] O futebol havia ganhado dimensões tão grandes fora do campo, que tornaria inviável a manutenção do amadorismo. Os interesses econômicos, políticos e sociais fizeram, do futebol amador, a romântica imagem de um passado que parecia tão distante (tal foi a velocidade que o futebol amador caducou) mas que, na realidade, coexistia com aquela realidade [...] (CALDAS, 1990, p.57).

Contudo, em relação a esta conjuntura, Caldas (1990) revela que apesar da mística do amor à camisa, os jogadores queriam receber para jogar e ameaçavam não entrar em campo entre os anos de 1920 e 1930, ação também usada no movimento “pró-profissionalismo”. O autor afirma que o amadorismo na prática não existiu, o que aconteceu foi uma espécie de *profissionalismo marrom*, em face à omissão dos dirigentes e jogadores na relação pagar/receber para jogar futebol.

Bourdieu (1983) mostra que afinidades entre os campos e suas respectivas autonomias podem se modificar conforme demandas sociais produzidas pelo contexto vigorante, ocasionando mutações nas relações, que em um momento deixam de ser favoráveis, passando a desfavoráveis para determinados integrantes. Assim disposto, os mesmos agentes intracampo, pertencentes à mesma classe que alimentavam o amadorismo foram os mesmos que posteriormente apoiaram a adesão ao profissionalismo no futebol.

As tensões geradas pelas perdas dos melhores jogadores para Europa, Argentina e Uruguai estavam entre os principais motivos dos jogadores a favor do profissionalismo. Com leve apoio da imprensa e da exigência dos torcedores por um futebol de maior nível técnico as pressões para uma nova ordem do campo davam indícios de se tornarem inexoráveis. No lado dos dirigentes havia novas oportunidades em obter maiores receitas com as rendas, única fonte até então, além

disso, os futuros ganhos com os direitos comerciais dos jogadores geravam expectativas positivas.

Todavia, no contexto paulista Caldas (1990) salienta que houve grande complacência em relação à adesão ao profissionalismo, pelas questões financeiras e econômicas dos clubes serem melhores, inclusive as intervenções da entidade esportiva da época, a APEA em defesa do amadorismo ou profissionalismo não aconteceram.

Um dos fatos marcantes citados por Caldas (1990) que contribuiu para o efetivo atraso ao profissionalismo ocorreu com a AMEA em 1925 ao destituir o pagamento de bichos e estabelecer 16 quesitos para serem aceitos pelos clubes candidatos à filiação. Dentre estes o item de número nove instituiu uma Comissão de Sindicância (CS) permanente, cujo objetivo era realizar pesquisas sobre a vida social e profissional dos jogadores.

Não obstante, a AMEA necessitava agregar mais equipes para ampliar seu poder político junto a CBD, tendo em vista que a LMDT ainda organizava suas competições com independência financeira devido a grande presença de público. Então, em 1925 os clubes São Cristovão, Andaraí e Vasco da Gama foram aceitos pela AMEA por conveniência e em 1926 o Sírio, Vila Isabel e o Brasil, acarretando com isso na dissolução da LMTD (Caldas, 1990).

Então, em 1925 os clubes São Cristovão, Andaraí e Vasco da Gama foram aceitos pela AMEA por conveniência e em 1926 o Sírio, Vila Isabel e o Brasil, dissolvendo a LMTD (Caldas, 1990). Por sua vez, a CS manteve seu trabalho ainda mais rigoroso, atrasando a formalização do profissionalismo:

[...] a Comissão de Sindicância aparecia inesperadamente nos clubes e nos locais de trabalho dos jogadores para comprovar a veracidade das informações através da “ficha-AMEA”. Todos os atletas de clubes filiados a esta entidade eram obrigados a preenchê-la (CALDAS, 1990, p.87).

Mesmo aglutinados em uma única entidade esportiva a disputa política permaneceu com os fundadores da AMEA detentores de maiores influências junto a CBD e patrimônios volumosos em comparação aos times oriundos da LMDT, que em contrapartida tinham o apoio popular, maior número de clubes e grande público nos jogos. Essa relação gerava uma interdependência porque a AMEA não conseguiria

manter a hegemonia do campo com apenas cinco filados, uma vez que os ligados a LMDT obtinham as maiores rendas.

Caldas (1990) relata a inauguração do Estádio de São Januário, em 1927 que para o autor representa uma mudança no panorama gerencial de clubes de menor patrimônio, revelando uma visão diferenciada da gestão esportiva, visando o crescimento do clube e seus negócios. Cabe evidenciar a primeira fase da evolução das receitas no futebol proposta por Ekelund (1998), a “era do estádio”, vigorante até a década de 1950, na qual a arrecadação de capital dependia essencialmente das bilheterias e da relação torcedor-clube, marcando o futebol como o esporte das multidões (PRONI, 2002).

A maior providência política e social concreta em prol do profissionalismo eclodiu no América, quando o então Presidente Antônio Gomes de Avelar, em 1932, declarou que todos os jogadores receberiam salários para jogar pelo clube e teriam contratos formais (CALDAS, 1990). Essa atitude desencadeou uma reação nas demais equipes, que seguiram os mesmos rumos.

No campo inglês a “resistência” amadora defendeu princípios de “cavalheiros” dentro de campo com vitórias sobre os jogadores remunerados dos clubes da classe média, industriais e pequenos burgueses, da região norte e central da Inglaterra. Fora do campo de jogo, criaram a Associação de Futebol Amador em 1907, contudo, a iniciativa perdurou somente até 1914 (GIULIANOTTI, 2002), cedendo à tendência que se tornaria mundial. Desse modo, comparando com campo brasileiro, o Vasco da Gama foi banido por ter vencido o campeonato de 1923 com jogadores remunerados, tendo sua conquista desqualificada. O que caracteriza uma forma resistência dentro do campo de jogo que foi reprimida pela elite. Não obstante, o Vasco possivelmente perdeu em anos anteriores, com equipes que também continham jogadores remunerados não em sua maioria, mas somente depois da conquista do campeonato, incomodou a elite amadora, e sanções foram aplicadas.

A profissionalização foi reconhecida no Brasil em janeiro de 1933, juntamente com a fundação da Liga Carioca de Futebol – LCF (PRONI, 2002). Notoriamente, eram os primeiros passos organizacionais do campo da gestão esportiva do futebol, pois no Brasil sequer havia leis trabalhistas ou regulamentações que assegurassem direitos e deveres das partes envolvidas. Essa formatação caracteriza um sistema híbrido, composto por jogadores profissionais e dirigentes amadores, semelhante ao

ocorrido na Inglaterra no final século XIX, que atingiu a Europa e a América do Sul, no início do século XX (PRONI, 2002).

Portanto, as transformações que objetivam um fim em comum, a profissionalização de jogadores, criam tensões intracampo que se refletem na própria dinâmica e rumos do grupo. Essas relações invisíveis são sentidas de forma integral pelos membros, que interagem ou sofrem influências delas. Assim, algumas mudanças só se fazem sentir anos após o início de sua transformação, como por exemplo, as benesses oferecidas aos jogadores-operários, que aparentemente inocentes foram precursoras de um embrionário processo de profissionalização propiciando a criação de um campo favorável à construção de uma gestão especializada.

Considerações finais

A construção do campo da gestão do futebol brasileiro é influenciada claramente pelo campo mais autônomo e precursor inglês, como aconteceu no continente europeu no início do século XIV. Isto posto, a incorporação de um *habitus* externo se retraduziu conforme as características culturais brasileiras, bem como serviu para uma divisão social entre a elite e operários (amadorismo e profissionalismo), a qual gerou conflitos e transformações internas específicas para a realidade local.

As pressões do sistema capitalista, oriundas do campo econômico, que também influenciaram o surgimento do esporte moderno, foram decisivas na construção do processo de profissionalização do futebol brasileiro, que por conta disso, apresentava a necessidade do desenvolvimento de uma gestão para regular/racionalizar uma demanda crescente de times e instituições esportivas que lutavam entre si pelo poder, sobre o monopólio, da gestão do futebol. Dessas pressões, surgem entidades esportivas que buscavam mediar à tensão intracampo dos clubes dentro do eixo Rio-São Paulo que disputavam a hegemonia pelo controle do futebol brasileiro.

Tanto a elite como os populares, inicialmente, enxergavam o futebol como um novo campo propício para o lazer. Posteriormente, ambos vislumbravam dentro de suas realidades, possibilidades a mais, logo, o futebol se tornaria uma forma de produção de riquezas que necessitava de gestão para alcançar seus objetivos, os

populares com favorecimentos, concessão de benesses ou salários e a elite com a renda dos jogos e futuramente os direitos sobre jogadores.

Diante das ocorrências analisadas percebemos que no Brasil a configuração inicial do campo da gestão esportiva do futebol brasileiro se desenvolveu por meio de cinco tendências basilares:

- a) Criação de clubes e realização de partidas oficiais;
- b) Popularização e massificação do futebol entre as classes populares;
- c) Criação de entidades esportivas estaduais e nacionais;
- d) Pressões para adesão ao profissionalismo;
- e) Caracterização da era do estádio.

Percebemos também que a influência externa de gestão, através da criação da FIFA em 1904, fez emergir a necessidade de se radicar a administração no futebol resultando na criação de uma entidade nacional dos desportos, a CBD, cuja essência amadora abrangia todos os esportes brasileiros.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**, Tradução Maria Lúcia Machado, São Paulo, Companhia das letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico: memória e sociedade**. Tradução de Fernando de Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**/Pierre Bourdieu. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo, UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL, **Lei nº 10.671**, de 15 de maio de 2003. Estatuto do Torcedor.
- BRUNORO, José Carlos; AFIF, Antônio. **Futebol 100% profissional**. São Paulo: Editora Gente, 1997.
- CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro**, São Paulo: IBRASA, 1990.
- CARRAVETTA, Elio Salvador. **Modernização da gestão no futebol brasileiro: perspectivas para a qualificação do rendimento competitivo**. Porto Alegre, RS: AGE, 2006.
- CBF. Calendário das competições do futebol brasileiro/2013. Disponível em: <http://imagens.cbf.com.br/201212/934782157.pdf>, acesso em: 12/12/2012.
- CEDRO, Marcelo. Bourdieu "entra em campo": o futebol como espaço autônomo interações, disputas, posições e consagrações. **Anais do XV Congresso Brasileiro**

de Sociologia, GT-26 Sociologia do Esporte, 26 a 29 jul. Universidade Federal de Curitiba, 2011.

DIEM, Carl. **Historia de los deportes**. Barcelona: Coralt, 1966.

EKELUND, Peter. A rentabilidade das associações de times de futebol: os exemplos das ligas de futebol da Itália e da Inglaterra. **Anais do 1º Congresso Internacional EAESP de Gestão de Esportes**. São Paulo, EAESP-FGV, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões, São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MANDELL, Richard. **Historia cultural del deporte**. Barcelona, Ediciones Bellaterra: 1986.

MOSCA, Hugo Motta Bacêllo. **Fatores institucionais e organizacionais que afetaram a profissionalização da gestão do departamento de futebol dos clubes**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, PUC-RIO, 2006.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A metamorfose do futebol**. Campinas: Unicamp, 2002.

REIS, Rômulo Meira; TELLES, Silvio de Cássio da Costa; BITENCOURT, Valéria; MOREIRA, Jorge Felipe Fonseca e DaCOSTA, Lamartine Pereira. Desafios da Gestão Esportiva nas Competições Nacionais de Futebol. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v.10, n.3. São Paulo: 53-60, 2011.

ROSENFELD, Anatol. O futebol no Brasil. **Revista Argumento**, ano 1, n.4. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 60-85, 1974.

SANTOS, Luiz. Marcelo Vídero Vieira. **A evolução na gestão no futebol brasileiro**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, FGV/EAESP, São Paulo, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo**: uma história institucional da CBF, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2006.

SOARES, Antônio Jorge. **Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

Recebido em Março de 2013

Aprovado em Junho de 2013